

**A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:
o modelo de produção capitalista que produz a indiferença ao humano**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN EDUCATION AND PEOPLE IN STREET
SITUATION:
the capitalist production model that produces indifference to the human**

Arthur Vieira Duran¹

RESUMO

Este texto tem como objetivo fazer uma discussão sobre os mecanismos de produção de desigualdades sustentadas pelo modelo capitalista de produção, que promove diferentes acessos e oportunidades, inclusive à escola. Conforme Althusser (1970), a escola é um aparelho ideológico do Estado que pode propiciar e perpetuar as diferenças entre as pessoas, mas que também pode diminuir essas diferenças. A pesquisa discute a relação entre os fatores de exclusão e inclusão das pessoas em situação de rua e a escola como um elemento determinante. Por fim, reconhecendo o cenário excludente posto pelo modelo capitalista, é necessário repensarmos os rumos da educação, com o propósito de transformação da atual sociedade.

Palavras-chaves: Fatores de exclusão. Desigualdade social. Escola e marginalização. Pessoas invisíveis.

ABSTRACT

This text aims to discuss the mechanisms of production of inequalities sustained by the capitalist model of production, which promotes different access and opportunities, including at school. According to Althusser (1970), the school is an ideological apparatus of the State that can provide and perpetuate differences between people, but which can also reduce these differences. The research discusses the relationship between the factors of exclusion and inclusion of homeless people and the school as a determining element. Finally, recognizing the exclusionary scenario posed by the capitalist model, it is necessary to rethink the directions of education, with the purpose of transforming the current society.

Keywords: Exclusion factors. Social inequality. School and marginalization. Invisible people.

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: arthur.duran@hotmail.com

Introdução

O objetivo deste texto se destina a debater questões relativas à exclusão dos moradores em situação de rua. A pesquisa discute as intencionalidades e funções da educação como aparelho ideológico do Estado e as possibilidades de ela contribuir para as pessoas superarem essa condição. Isto significa que se entende a escola como instrumento que pode ser usado pelo Estado com a finalidade de definir e manter os lugares que as pessoas ocupam na sociedade, mas também pode ajudar as pessoas a transformarem suas condições e até a sociedade. Althusser (1970, p. 68) afirma que a educação possui relação direta, como aparelho ideológico do Estado, na formação e manutenção do *status quo*. Assim, apresenta-se a dualidade existente na educação capitalista, em que as camadas mais favorecidas acessam conhecimentos diferentes daqueles que as camadas menos favorecidas acessam, produzindo desigualdades.

Inicialmente o texto discute a intencionalidade velada da educação, visto que o ato educacional está relacionado a um paradigma, a um ato político e intencional na vida dos educandos (ARROYO *apud* FERRETTI *et al.*, 1999, p. 29). Descreve-se a dualidade escolar, que possibilita acesso diferenciado para as camadas mais favorecidas e para as camadas menos favorecidas, e o resultado disso para a sociedade.

Posteriormente, apresentam-se alguns aparelhos ideológicos e repressivos do Estado como mecanismos de exclusão, entre eles, a escola com suas possibilidades para contribuir para o mecanismo de manutenção, mas também de superação das determinações do modelo capitalista. Aborda a condição dos moradores em situação de rua que, vulneráveis, se tornam invisíveis para os transeuntes. Essa situação na qual esse grupo se encontra atende a interesses do sistema capitalista que produz “um exército de reserva” que não sabe dos seus direitos, para manter a exploração dos trabalhadores e o conseqüente enriquecimento das camadas mais favorecidas. Nesse sentido, considera-se a educação como instrumento de dominação e reprodução capitalista, mas também como instrumento de libertação e de transformação social. Por fim, descreve-se o perfil das pessoas em situação de rua e seu contexto de extrema pobreza. As pessoas em situação de rua, sem acesso aos bens mais básicos para a existência, perambulam pelas cidades em busca da sobrevivência diária.

1. A escola enquanto mecanismo de dualidade

A compreensão das abordagens de ensino de Mizukami (1986) possibilita identificar que, historicamente, a escola contribui para a manutenção do *status* social das pessoas. A abordagem tradicional, conforme caracterizada por Mizukami (1986), ainda predomina nos processos de ensino e aprendizagem das escolas públicas ou privadas. Isso se verifica nas práticas docentes e discentes. Entretanto, existem diferenças em relação à educação proporcionada pelo Estado aos cidadãos e à educação proporcionada pelo sistema privado de ensino. É nesse sentido que se considera o paradigma educacional dual, a oferta da educação dual, em que a educação para os trabalhadores é diferente da educação para as camadas mais favorecidas, reproduzindo as diferenças sociais (FRIGOTTO, 2008, p. 524).

A educação vem atendendo a interesses capitalistas que viabilizam a formação das camadas menos favorecidas, determinando sua trajetória acadêmica, social e profissional. Esse paradigma alicerçado na exploração da mão de obra humana assume a responsabilidade na formação de pessoas para o mercado de trabalho, sua qualificação mínima e submissão às regras da ideologia dominante. Ao contrário, a educação proporcionada à classe burguesa tem características que fomentam a liderança, a oratória, a potencialização de competências de liderança e a capacidade de gerenciamento da produção mercantil (ALTHUSSER, 1970, p. 21).

Segundo Lopes *et al.* (2016, p. 557):

Isso porque esse nível educacional cumpre a função de preparar a classe dominante para continuar a reproduzir as relações de domínio e poder, ao passo que é oferecida de forma fragmentada para a classe trabalhadora, a fim de prepará-la para o trabalho. Legitima-se, assim, a formação intelectual e humanista para aqueles que conduzem os rumos da nação, e a educação profissional e específica aos que impulsionam a industrialização.

A educação apresenta-se como importante mecanismo capaz de nutrir os campos industriais com a mão de obra trabalhadora. Os processos de ensino-aprendizagem destinados aos trabalhadores se efetivam, de forma a garantir a formação de trabalhadores subordinados às explorações capitalistas, sociais, políticas, culturais, entre outras. A educação destinada às camadas menos favorecidas é implementada com base nas práticas pedagógicas que oprimem, que limitam o pensamento e orientam a cumprir normas e regras sem questionar, de forma a respeitar as hierarquias.

Conforme Signori e Campanelli:

A educação básica para a classe trabalhadora tem como finalidade proporcionar acesso aos conhecimentos mínimos para a integração à vida social e produtiva; apenas para a minoria, que realizará atividades complexas, ela serve de passagem para os conhecimentos científico-tecnológicos de alto nível, necessária para a própria manutenção do sistema capitalista e, portanto, tem sua distribuição controlada e elitizada. Sendo assim, a elevação dos padrões educacionais em nada melhorou a situação da classe trabalhadora; ao contrário, constata-se um crescente aprofundamento das desigualdades sociais (SIGNORI; CAMPANELLI, 2015, p. 163).

Para a formação da classe dominante, é ofertada a possibilidade do ensino acadêmico, cultural e político. Em outras palavras, o ensino destinado à classe burguesa é pensado para o desempenho de funções intelectuais, com a finalidade de manter o controle e a distância econômica e social em relação às pessoas que trabalham.

Apesar das desigualdades, na sociedade capitalista não há condições de sobrevivência digna sem a venda da força do trabalho. Nesse sentido, aqui encontram-se aqueles que não querem ou não conseguem vender sua força de trabalho. Entre eles estão os moradores em situação de rua. Assim, as camadas menos favorecidas aprendem, desde cedo, que precisam trabalhar e estudar para venderem a capacidade de trabalho. Até aqui as escolas têm formado os futuros trabalhadores, isto é, diante das mudanças e necessidades mercadológicas, elas modelam os perfis dos novos proletários e, claro, alimentando o mercado com assalariados subservientes (FERRETTI *et al.*, 1999, p. 16).

Fica evidente que os mais suscetíveis às consequências negativas desse sistema excludente são as pessoas mais pobres. Os professores conscientes desse sistema buscam superar a abordagem tradicional, procurando problematizar em suas aulas as questões do dia a dia dos estudantes. Essas questões podem ser políticas, econômicas, sociais que têm implicações diretas na vida pessoal e familiar. Isto é, procuram promover junto aos alunos reflexões sobre os processos de exclusões sociais. Assim, esses discentes, se tornando críticos do e no mundo, podem transformar a realidade em que vivem. Todavia, as dificuldades encontradas para efetivar essa educação transformadora são diversas, devido à história da educação baseada na abordagem tradicional.

Althusser (1970), ao discutir o papel docente, afirma que:

Peço desculpa aos professores que, em condições terríveis, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas em que este os encerra, as armas que podem encontrar na história e no saber que «ensinam». **Em certa medida são heróis. Mas são raros, e quantos (a maioria) não têm sequer um vislumbre de dúvida quanto ao «trabalho» que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, pior, dedicam-se, inteiramente e em toda a consciência, à realização desse trabalho (os famosos métodos novos!).** Têm tão poucas dúvidas, que contribuem até pelo seu devotamento a manter e a

alimentar a representação ideológica da Escola que a torna hoje tão «natural», indispensável-útil e até benfazeja aos nossos contemporâneos, quanto a Igreja era «natural», indispensável e generosa para os nossos antepassados de há séculos (ALTHUSSER, 1970, p. 67 e 68, grifos nossos).

Na efetividade da abordagem tradicional, os docentes, no exercício de suas práticas, se caracterizam pela transmissão de conteúdos, considerando os discentes subordinados e memorizadores de capítulos dos livros. Dessa maneira, os alunos se limitam a escutar o professor, ou seja, não sendo o principal agente do processo ensino-aprendizagem. O ensino tradicional consiste no cerceamento do diálogo, em que o aluno é apenas receptor de conhecimentos pré-definidos. A impossibilidade de diálogo e reflexão propicia a formação de trabalhadores não críticos. A repressão a que são submetidos limita o acesso aos conhecimentos integrais e reduz a possibilidade de compreensão do contexto exploratório a que estão ou serão subordinados (MIZUKAMI, 1986, p. 15).

No livro “Itinerários de pesquisa: Perspectivas qualitativas em sociologia da educação”, é apresentado o artigo *A Sociologia dos Estabelecimentos Escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em reconstrução*, em que a autora expõe o papel da escola e sua influência no desempenho na vida dos alunos. Na visão da autora, a escola intervém na vida dos discentes por meio da qualidade do ensino, das interações em sala de aula, do “clima” da escola e de sua organização social. Assim, destaca-se o quanto as escolas são capazes de interferir na vida dos alunos e em sua posição social.

Todas as características escolares foram consideradas mais importantes do que as trazidas pelas crianças para a escola, **concluindo-se que a escola influencia mais a criança do que influencia a escola. A diferença fundamental entre as escolas estaria, assim, na forma pela qual a escola funciona como organização social**, sugerindo o termo *ethos* escolar – um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que dão identidade particular à escola- para caracterizar a diferença (MAFRA *apud* ZAGO *et al.*, p. 113, grifos nossos).

O conjunto de todas as experiências adquiridas pelas pessoas em suas vidas, suas relações sociais e experiências escolares são apresentados na fase adulta. Como apresentado, o papel da escola e o sistema capitalista são arranjos que nos levam a entender os papéis ocupados pelas pessoas na sociedade. Há de se ressaltar que a educação é tarefa intencional, na qual todo ato educativo é proveniente de uma intencionalidade política, com o propósito de uma formação diferenciada. Para os proletários, a educação é composta pela construção das condutas de submissão da sua personalidade, e condicionando-o ao mínimo desenvolvimento humano (ARROYO *apud* FERRETTI *et al.*, 1999, p. 29).

Pelo exposto, pode-se refletir sobre a funcionalidade das escolas que, historicamente, estão vinculadas ao mercado de trabalho, na dualidade escolar que converge para a exploração das camadas menos favorecidas e o enriquecimento da classe burguesa. Portanto, fica evidenciada a necessidade de uma nova pedagogia para uma formação humanista, em que educadores e educandos possam promover uma educação baseada no diálogo e no conhecimento, em que a educação seja o princípio de uma nova sociedade.

2. A educação como ferramenta de exclusão

Conforme apresentado anteriormente, as camadas menos favorecidas estão submersas e violentadas pelo sistema capitalista, resultando em pessoas exploradas e em grupos que não conseguem vender sua força de trabalho. Diante desse cenário excludente, é importante ressaltar a presença de aparelhos ideológicos e repressivos capazes de exercer o papel opressor em nossa sociedade. Em outras palavras, instrumentos capazes de potencializar os mecanismos de exclusão. Louis Althusser afirma:

Por outras palavras, **a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam «saberes práticos», mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante** ou o manejo da «prática» desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos «profissionais da ideologia» (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra «penetrados» desta ideologia, **para desempenharem «conscientemente» a sua tarefa - quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus «funcionários»), etc.** (ALTHUSSER, 1970, p. 22, grifos nossos).

Há instituições que asseguram a exploração da classe proletária, com os ensinamentos propagados pelas escolas, pela Igreja, aos jovens no Exército, pelos meios de comunicação e pela família. Todos esses aparelhos são norteados por modelos dominantes em que, conscientemente, consolidam os interesses da classe burguesa. Diante da imposição desses princípios, as camadas menos favorecidas são cerceadas e repetidoras dos paradigmas prescritos, isto é, cidadãos submissos e passivos diante de desrespeitos aos seus direitos.

Mas quem é o responsável por proliferar essa ideologia? O Estado. O seu papel está na intervenção incisiva para a continuidade da exploração da mão de obra, como grande representante dos interesses da classe burguesa. De acordo com Althusser, o sistema capitalista é norteado pela e para a classe dominante, para atender aos seus interesses, na

continuidade da obtenção dos lucros dos proprietários dos meios de produção (1970, p. 45-46).

Na continuidade das interferências do Estado, Althusser (1970) afirma que as contribuições dos aparelhos repressivos e ideológicos são fundamentais nesse processo de submissão.

Tendo em conta estas características, podemos então representar a reprodução das relações de produção da maneira seguinte, segundo uma espécie de «divisão do trabalho»: o papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, **enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio** (existem no Estado capitalista dinastias de homens políticos, dinastias de militares etc.), mas também, e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1970, p. 55-56, grifos nossos).

Os aparelhos repressivos, assim como os ideológicos, trabalham a favor da manutenção da exploração da mão de obra proletária. Os aparelhos repressivos revestem-se de violências físicas, ou não. Os aparelhos ideológicos atuam pelo pensamento, abrangendo paradigmas que modelam os princípios e as ações das pessoas. Assim, os Aparelhos de Estado se distinguem em duas organizações: os ideológicos, como a igreja, a escola, as famílias, as redes sociais, e os repressivos, como a polícia, o Governo, as prisões, o exército, entre outros (ALTHUSSER, 1970).

É importante salientarmos que, no âmbito das opressões e diante dos plurais aparelhos que atuam no favorecimento burguês, se destacam as escolas que, até aqui, têm servido aos seus interesses. A escola tornou-se fundamental para a propagação ideológica e inserção dos futuros proletários e burgueses no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Paulo Freire também reconhece a funcionalidade da escola na propagação da ideologia dominante.

É que o opressor sabe muito bem que esta “inserção crítica” das massas oprimidas, na realidade opressora, em nada pode a ele interessar. O que lhe interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de “imersão” em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como “situação limite” que lhes parece intransponível (FREIRE, 2011, p. 54, grifos nossos).

Desde a educação infantil, nos primeiros anos de vida, são introduzidos os ensinamentos para as relações de exploração. Podemos apontar que a escola, enquanto aparelho ideológico, atua na oferta do ensino dual. A formação de duas classes distintas: a classe proletária e a classe burguesa.

A escola capitalista contribui, por sua vez, para reproduzir e aprofundar essa polarização das qualificações. De fato, **a escola alimenta os dois polos do mercado de trabalho, através de dois fluxos bem distintos. Em uma extremidade, ela forma um pequeno número de quadros intelectuais nas melhores escolas secundárias, desembocando nas elites, na outra ponta, a escola orienta a formação de massas trabalhadoras, mais ou menos qualificadas e condenadas a vender-se por um salário irrisório** aos donos das grandes corporações industriais, das cadeias de lojas ou dos escritórios (GADOTTI, 1998, p. 197, grifos nossos).

A reprodução desse paradigma mantém a formação de proletários inconscientes do papel explorado que desempenham na sociedade. Dessa forma, observa-se que a escola pré-determina a função social que cada pessoa irá ocupar. Assim “[...] nenhum Aparelho Ideológico de Estado dispõe durante tanto tempo da audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita...), 5 a 6 dias em 7 que tem a semana, à razão de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista (ALTHUSSER, 1970, p. 66). Em outras palavras, a escola apresenta-se como importante aparelho de Estado em razão da quantidade de dias e horas letivos trabalhados na formação das classes proletária e burguesa.

Nesse contexto, segundo Althusser (1970), outro fator preponderante no papel exercido pela escola está no acolhimento de todas as classes sociais e em proporcionar abordagens pedagógicas diferentes, o que torna a escola o aparelho de Estado significativo no sistema capitalista.

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais e, a partir da Pré-Primária, **inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais «vulnerável», entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, «saberes práticos» envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia)**. Algures, por volta "dos dezesseis anos, uma enorme massa de crianças cai «na produção»: são os operários ou os pequenos camponeses. A outra parte da juventude escolarizável continua: e, seja como for, faz um troço do caminho para cair sem chegar ao fim e preencher os postos dos quadros médios e pequenos, empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda a espécie. Uma última parte consegue aceder aos cumes, quer para cair no semi-desemprego intelectual, quer para fornecer, além dos «intelectuais do trabalhador coletivo», os agentes da exploração, (capitalistas, managers), os agentes da repressão (militares, polícias, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são «laicos» convencidos). os agentes da repressão (militares, polícias, políticos,

administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são «laicos» convencidos) (ALTHUSSER, 1970, p. 64-65, grifos nossos).

Gadotti, ao discutir sobre a importância das escolas, afirma que:

É por isso justamente que os setores da sociedade interessados em manter as condições existentes, de que são benefícios, fazem o maior esforço e empregam todo o seu poderio para manter sob seu domínio a formação das novas gerações e os meios de divulgação, através dos quais canalizam a “verdade” que lhes é favorável. Lutam, assim, encarniçadamente, para não perderem o controle sobre a escola, o ensino e a educação, domesticadores das consciências, deformadores da realidade, obliteradores dos caminhos de acesso à verdade (GADOTTI, 1998, p. 249).

A importância da escola como aparelho ideológico na formação das pessoas faz com que a classe burguesa mantenha esforços na continuidade desses ensinamentos contrastantes. São importantes para o seguimento do sistema capitalista as novas gerações de proletários e burgueses e o controle sobre a escola, sendo garantias do regime de exploração das camadas menos favorecidas e o enriquecimento da classe burguesa.

A escola formadora de proletários determina as aprendizagens necessárias para a formação de funcionários subservientes à exploração a que serão submetidos. Esses conhecimentos básicos promovem a inconsciência crítica de se rebelarem contra o sistema capitalista. A formação das classes menos favorecidas pode ser observada pela presença dos moradores em situação de rua.

Temos, então, que a escola é fundamental para a classe burguesa manter-se por meio da incapacitação e a extorsão da mão de obra. O papel da escola vinculada ao sistema capitalista promove, como consequência, a rua enquanto moradia para muitas pessoas, ou seja, em sua totalidade, os proletários não são absorvidos pelo mercado e procuram nas ruas formas de sobrevivência.

3. Os moradores em situação de rua como consequência do modelo de produção capitalista

A exclusão a que as camadas menos favorecidas estão submetidas, em alguns casos, obriga ao trabalho informal. Os trabalhos sem vínculos empregatícios vêm aumentando progressivamente e representando mais de 40% da população belorizontina, conforme pode ser observado na pesquisa da Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2015). Os avanços da globalização e as recorrentes modernizações tecnológicas

umentam a produtividade, porém diminuem a oferta de empregos, conseqüentemente mitigando os postos de trabalho. Esse fenômeno chamado de desemprego estrutural ou tecnológico pode representar o aumento das pessoas que buscam seu sustento no trabalho informal (MARTINS, 2006, p. 35).

Para muitos proletários, é na informalidade a principal fonte de obtenção de renda para conseguirem sua sobrevivência, principalmente na coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente², “sua atuação, em muitos casos realizados sob condições precárias de trabalho, se dá individualmente, de forma autônoma e dispersa nas ruas e em lixões, como também, coletivamente, por meio da organização produtiva em cooperativas e associações”. Dessa forma, destaca-se que essa é a alternativa encontrada por essas pessoas para a sobrevivência.

Diante desse cenário de exclusão, apresentamos o relatório da Oxfam Brasil (2019, p. 12), no qual se explicita que a pobreza chegou a 15 milhões de brasileiros em 2017. De acordo com o relatório³, “[...] calcula-se também a taxa de pobreza a US\$5.50 por pessoa/dia – cerca de R\$ 400 domiciliar per capita/mês pela paridade de poder de compra. Sob esta régua, o Brasil tinha, em 2017, cerca de 55 milhões de pessoas pobres”.

No bojo dessa discussão, aqui encontram-se os moradores em situação de rua. Normalmente, são rotulados como inúteis para o exercício de atividades no mercado formal e pertencentes ao grupo no qual convive com a pobreza extrema. O aumento expressivo dessa população é fundamental para a existência e a continuidade do modo de produção capitalista, e para a criação e a apropriação da riqueza pelo capitalista, como assevera Marx em *O capital* (p. 874), editado pela primeira vez em 1867. A lucidez e a clareza do trecho a seguir demonstram a assertividade da análise e, também, a sua atualidade.

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraído dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. [...]. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas

²<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclavéis>

³<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2019/>

etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. **Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.** O pauperismo pertence aos *fauxfrais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (MARX; ENGELS, 2013, p. 8749, grifos nossos).

Os moradores em situação de rua são pessoas que não conseguem trabalhar ou exercem ocupações periféricas e/ou de baixa remuneração e são abordados como mercadorias descartáveis. Entretanto, mesmo vivendo na condição de vulnerabilidade, esse segmento populacional se torna importante ferramenta para a acumulação de capital e desenvolvimento capitalista. Ao ocuparem posições periféricas, executam tarefas também periféricas, todavia necessárias e importantes para o funcionamento do sistema capitalista. (LIBERATO, 2007, p. 41).

A extrema pobreza é consequência da desigual distribuição das riquezas, em que a apropriação dos meios de produção e grande parte dos lucros obtidos ficam no domínio da classe burguesa. As pessoas ou grupos que se situam fora do mercado formal, não sendo absorvidos pelo mercado formal de trabalho e que realizam tarefas periféricas, são os excessos de trabalhadores desenvolvidos pelo capitalismo, chamados de “exército de reserva ou superpopulação relativa” (ALT, 2017, p. 14).

As pessoas que fazem da rua o seu lugar de moradia são abandonadas à própria sorte, na busca pela sobrevivência diária e distante do acesso aos seus direitos e assistências que possam promover uma qualidade digna de vida e/ou sua reinserção na sociedade. São diversos os fatores que levam essas pessoas a morarem nas ruas e não é objetivo desta pesquisa apresentá-los, todavia, é importante descrever suas particularidades. Assim, o Governo Federal, em sua publicação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua apontou o conceito desses moradores:

Mesmo em face da diversidade de motivações de ida à rua e de situações que caracterizam as situações de rua, utiliza-se no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para fins instrumentais, a seguinte definição: "Grupo populacional **heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.**"(BRASIL, 2008, p. 8, grifos nossos).

Os moradores em situação de rua caracterizam-se por grupos diversificados que possuem em comum a pobreza, a moradia em logradouros públicos, em áreas de risco ou até em acolhimentos temporários, como os albergues. Além do improvisado nos lugares de moradia, em seu cotidiano convivem com as diversas violências, físicas e/ou psicológicas. A mendicância que vivem pelas ruas expõe os casos de abandono e descaso na efetivação de políticas públicas capazes de potencializar os acessos aos direitos e às melhores condições de vida.

Em 2019, o Ministério da Cidadania lançou uma cartilha com informações coletadas pelo Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua (Censo Pop Rua), dados que apresentam especificidades sobre a população em situação de rua. Foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais. Confirma-se uma presença predominantemente masculina que, majoritariamente, se declara como negros ou pardos. Apresenta-se que 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%), um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. A justificativa para não dormirem em albergues está relacionada à falta de liberdade, a horário, à dificuldade com rotinas e à proibição do uso de drogas. Em relação às atividades laborais, entre os entrevistados, 70,9% exercem alguma atividade remunerada, dentre as quais se destacam: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência 15,7% das pessoas (BRASIL, 2008, p. 10-11).

Diante do que vi pelos logradouros, em sua maioria, vivem sozinhos, o que pode ser percebido à noite, ou pela manhã bem cedo, antes do horário em que a guarda municipal e a fiscalização iniciam seus respectivos trabalhos. Essa população é associada apenas a mendigos/andarilhos e catadores de materiais recicláveis, contudo, agregam-se à categoria engraxates, flanelinhas, ambulantes, camelôs, baleiros, carregadores, entre outros, que se enquadram na categoria de trabalhos periféricos para sua sobrevivência. Em suma, a população de rua constitui-se como uma diversidade, com um elevado grau de especificidades, divisões internas e recalitrâncias. (DURAN, 2018, p. 60).

Todavia, apesar das condições vulneráveis em que se encontram pelos logradouros, esse segmento é resguardado por leis, conforme a Constituição Federal:

A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 7).

Apesar da garantia dos direitos à população em situação de rua, normalmente debatidos em movimentos e encontros nacionais que se destinam ao amparo a serviços e assistência social (ALT, 2017, p. 24), inclusive direitos preservados pela Constituição Federal, esse grupo é vítima de ações violentas, discriminatórias e preconceituosas. Inclusive ações do Estado, por meio das guardas municipais, como o recolhimento de seus materiais diários, o uso da força física e em agressões psicológicas. Assim, esse grupo ainda é visto como uma ameaça e não como um grupo já violentado.

Numa sociedade desrespeitosa e desumana, os moradores em situação de rua se apresentam para muitos como invisíveis socialmente. Com visões elitistas, muitas pessoas chegam a ofendê-los, tendo em vista suas roupas sujas e mal cheirosas, e receosas da aproximação ao pedirem esmolas. As percepções preconceituosas designam esses grupos como vagabundos, preguiçosos, bêbados, perigosos, mendigos, entre outros. Essas designações fortalecem a construção de rótulos, de pré-conceitos que constituem um conhecimento socialmente compartilhado, em alguns casos, havendo repúdio de qualquer contato. Por fim, a estigmatização negativa da população que se encontra nas ruas favorece a materialização das relações de exploração e dominação que, por sua vez, atrofia a possibilidade de autonomia desses grupos (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 47).

As populações em situação de rua, apesar de amparadas por leis e direitos historicamente constituídos, continuam desassistidas pelas ruas, onde se encontram em situação de miséria e expostas à violência e à criminalidade. Essas vítimas desses descasos sofrem, cotidianamente, com as remoções arbitrárias ou o recolhimento de pertences, a negligência no atendimento público, agressões, tentativas de homicídio, criminalização e ausência de políticas públicas. Tudo isso potencializando o abandono, a baixa autoestima e a negação da dignidade e da vida. Suas necessidades básicas, normalmente não supridas, estão atreladas a uma antiga luta pela democracia.

Considerações Finais

Ao longo das reflexões sobre as desigualdades e os aparelhos de Estado que violam os direitos da classe proletária, evidenciamos o interesse do sistema capitalista em sustentar

a diferença entre as classes sociais. Destacam-se os aparelhos ideológicos que funcionam como instrumentos de propagação de concepções para a sociedade, entre estes a escola, que se apresenta fundamental na continuidade desse paradigma excludente.

Os ensinamentos empregados pelas escolas resultam na formação de cidadãos com carreiras distintas. Enquanto a educação destinada à classe burguesa propõe a formação acadêmica, política e cultural, com a finalidade do controle dos meios de produção, à classe proletária, em oposição, são aplicadas abordagens opressoras, em escolas sem estrutura física, com profissionais desmotivados e com qualificação mínima, para que, futuramente, sejam empregados no mercado de trabalho.

Assim, no contexto desigual, encontramos os moradores em situação de rua que permanecem pelas ruas sem perspectiva, abandonados e totalmente excluídos. Além das violências impostas pelo sistema, há as violências diárias, como a retirada à força de seus materiais e atentados físicos contra a vida, a ausência de um olhar, de uma conversa, de afetividade.

Nesse sentido, a pesquisa expõe as diversas formas de exploração que resultam em moradores em situação de rua, ou seja, o sistema capitalista “gera” mão de obra em excesso e marginaliza esse grupo de forma desumana. Podemos concluir que a educação exerce papel fundamental no conjunto de violações que levam as pessoas a morarem nas ruas. Dessa forma, torna-se emergencial a necessidade de uma nova proposta de ensino que venha superar os modelos mercadológicos e se comprometa com a transformação das velhas concepções de educação, visto que os produtos históricos que foram construídos sob a égide do sistema capitalista são fundamentados na opressão e na exploração da força de trabalho humano.

REFERÊNCIAS

ALT, Bruna. **População em situação de rua: interferências do olhar da sociedade na forma como esse grupo enfrenta o mundo do trabalho.** Trabalho de conclusão de mestrado apresentado ao Programa Política Social e Direitos Humanos. Universidade Católica de Pelotas, Porto Alegre, 2017.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.** 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BRASIL. **Caravana de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/06/POPULA%C3%87AO-EM-SITUA%C3%87%C3%83O-DE-RUA.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?** Brasília, 2019.
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_o_situacao_rua.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. nov. 2006.

BRASIL. Ministério Meio Ambiente. **Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

DURAN, Arthur. **Uma proposta de intervenção junto a moradores em situação de rua: uma nova visão social e ambiental**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Ensino de Ciências e Matemática. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

FERRETTI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales de. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5 n. 3, p. 521-536, nov.2007/fev.2008.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – O caso de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

LOPES, Christiani Bortoloto; BORTOLOTO, Claudimara Cassoli; ALMEIDA, Shiderlene Vieira de. Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 555-581, maio/ago. 2016.

MARTINS, Graciane Prim. **Desemprego estrutural na era da globalização**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. Livro 1 – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2>.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino**: As abordagens do processo. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986.

OXFAM BRASIL. **Relatório Nós e as desigualdades**. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2019/>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SIGNORI, Zenira Maria Malacarne; CAMPANELLI, Rosane Terezinha Back. A escola e a formação do trabalhador: a questão da dualidade estrutural. **Pedagogia em Foco**, Iturama (MG), v. 10, n. 4, p. 156-167, jul./dez. 2015

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de Pesquisa**. Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação. São Paulo, Editora Lamparina, 2003.